


# Formação superior dos jovens oriundos do campo: uma trajetória em construção\*

Yolanda Zancanella<sup>1</sup>

 <http://orcid.org/0000-0002-6924-1078>  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

DOI: <http://dx.doi.org/10.17081/eduhum.19.32.2536>

Recibido: 15 de junio de 2016

Aceptado: 20 de septiembre de 2016

## Superior training of the young people of the field: a way through the construction

### Palavras chave:

Jovens do campo, Ensino superior, Formação.

### Resumo

O objetivo central trabalho é compreender o significado da formação superior universitária para os jovens do campo dos cursos de Pedagogia e Geografia–licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná–Unioeste, e para seus pais, a partir das características atribuídas, por eles, a essa formação. Para tanto, analisa o modo como os alunos advindos do campo se relacionam com produção do conhecimento na universidade e a sua relação com a vida no campo. Nesse sentido a investigação se configura em um estudo de caso. A pesquisa foi realizada através de uma abordagem qualitativa<sup>†</sup>, fundamentada no método do materialismo histórico dialético. No desenvolvimento da pesquisa foram entrevistados 13 acadêmicos do curso de Pedagogia e 13 acadêmicos do curso de Geografia no período de março de 2014 a dezembro de 2014. Os resultados demonstram elementos das experiências dos alunos sobre ser ou não no campo, e, suas perspectivas de carreira profissional por meio da educação.

<sup>†</sup> A pesquisa qualitativa ou naturalística envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a pesquisa participante (Bogdan, Biklen, 1994).

### Keywords:

Young people of the field, Higher education, Formation.

### Abstract

The main objective of this research work is to understand the meaning of higher education for young people and their parents in the field of Pedagogy and Geography courses-degree at the Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste, departing from the characteristics attributed to them, for this configuration. To this end, examines how students from the field relate to production of knowledge at the university and its relationship with country life. To this end the investigation has configured a case study. The survey was conducted through a qualitative approach, based on the method of historical dialectic materialism. In the development of the survey were interviewed 13 people of the course of academic Pedagogy and 13 of the academic Geography course from March 2014 to December 2014. The results demonstrate elements of the experiences of students about being or not in the field, and their professional career prospects through education.



**Referencia de este artículo (APA):** Zancanella, Y. (2017). Formación superior dos jovens oriundos do campo: uma trajetória em construção. *En Revista Educación y Humanismo*, 19(32), 111-126. <http://dx.doi.org/10.17081/eduhum.19.32.2536>

\* Este artigo é um recorte de uma pesquisa mais ampla intitulada: Cursos Superiores Universitários: Formação de Educadores do Campo, desenvolvida no Grupo de Estudos sobre movimentos, demandas sociais na educação e cidadania. Linha de Pesquisa – Políticas, Administração e Sistemas Educacionais, financiado por la Universidad Estatal do oeste do Paraná.

1. Licenciada em Pedagogia e Doutora em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil. Professora no Curso de Pedagogia e Mestrado em Educação na mesma Universidade. [yolandazanca@yahoo.com.br](mailto:yolandazanca@yahoo.com.br)

## **Apresentação**

### **Jovens do campo e a busca pela formação superior**

O interesse da sociedade pelo Ensino Superior tem aumentado significativamente nas últimas décadas, merecendo destaque as discussões sobre o acesso do jovem oriundo do campo a esse nível de ensino em universidades públicas, por meio de ações dos movimentos sociais do campo, e, das políticas de ações afirmativas dessa população até então, privada historicamente do acesso à educação, principalmente ao topo escolarização.

Estudiosos no Brasil tem se debruçado sobre a temática da trajetória de acesso à formação superior na universidade os jovens do Campo entre eles: Caldart (2002, 2003, 2004), Molina (2004), Fernandes (2004), Arroyo (2003, 2004), Paludo (2001), Kolling (1999), Jesus (2004), Souza (2006, 2007, 2011), Frigotto (2010), Munarim (2010) responsáveis ainda pela discussão da renovação da educação do campo em contraponto à Educação Rural, que referencia essa população com uma concepção de pessoas com necessidades assistenciais a serem supridas, atendidas, contextualizando o espaço rural nos documentos oficiais como lugar de atraso.

Não seria diferente esse pensamento, porquanto é pensado com base em uma lógica economicista, distante da visão de um lugar de vida, trabalho e construção de significados, saberes e culturas.

Caracterizado como um local para qual se reportavam políticas compensatórias, ali crescia a dinâmica da exploração capitalista com ênfase no ingresso do agronegócio e na devastação dos recursos e das riquezas naturais. Vigoraram por muito tempo ações de depredação na natureza e de concentração de riqueza, dotação de latifúndios, prática de escravidão, exclusão social e exploração dos mais fracos.

Na época em que a Educação Rural recebeu atenção do Estado, o desenvolvimento de políticas educacionais criou uma pedagogia com práticas pertinentes ao ambiente rural. Nessa linha, de discussão projetos foram desenvolvidos para aplicação na Educação Rural, sendo interessante destacar o apoio financeiro de organismos internacionais.

Embora os pressupostos do Estado buscassem um direcionamento para o meio rural e as necessidades educacionais, Molina (2004) explicita que não havia prévio domínio de conhecimento sobre as vivências, condições e características do ambiente; deste modo, as medidas educacionais tomadas para a Educação Rural tiveram como base formativa a experiência e a vontade dos proprietários de latifúndios, grandes empresários que mantinham o controle político sobre as terras e seus trabalhadores.

Da mesma forma, não poderiam ser diferentes os resultados obtidos a partir de um modelo de desenvolvimento que propicia a abertura de dois leques: de um lado, acentuam-se questões de

desemprego e de trabalho no campo, com consequente migração de seus membros para o setor urbano; de outro lado, a reação da população encaminha reivindicações ao processo excludente, leva-a a compor organizações e lutas políticas, visando encontrar alternativas de resistência de cunho econômico, político e cultural, em paralelo às iniciativas que abrigam a Educação do Campo.

E, se a Educação Rural tem a definição de seu termo ligada diretamente ao trabalho, força de trabalho humano, como objeto ou mercadoria, fica centrada em um complexo mercadológico e capitalista que traduz a educação no modelo de formação para o trabalho. Entendida a Educação Rural neste desenho, não está sendo considerado o ser humano, o sujeito social, mas este se torna apenas peça de uma textura que o desumaniza e permite vê-lo como objeto.

No que se refere à relação jovem do campo e o diploma do Ensino Superior entendemos que a mesma não pode ser discutida sem considerar os impactos da reforma da Educação Universitária.

De acordo com o Censo do Ensino Superior 2010, o número de matrículas de 2001 a 2010 aumentou em 110,1 %, perfazendo um total de 6.379.299 matriculados em cursos de graduação – mais que o dobro do número de matriculados em 2001. Entende-se que esse aumento se deu por vários motivos, entre eles a busca por trabalho especializado decorrente do crescimento econômico no país e existência

de políticas públicas de incentivo ao acesso e permanência no Ensino Superior.

A última década revelou aumento de 134 % no índice de matrículas no Ensino Superior, motivadas pela participação das instituições privadas que abrigaram por 70,8 % das matrículas no ano de 2003. Mesmo com significativa expansão, o Ensino Superior continua um desafio, requerendo a ampliação do acesso às instituições públicas de modo a incluir uma população maior de jovens com idades entre 18 e 24 anos que se originam de camadas mais baixas da população (Unesco, 2009).

Na trajetória percorrida pelo Ensino Superior no Brasil são referidos três períodos distintos: projeto de reforma universitária do governo do presidente João Goulart (1961-1964)\*; a ditadura militar\*\*, quando foi elaborado um novo projeto de reforma universitária, que começou a ser implantado a partir de 1968 e, em tempo presente, o terceiro projeto de reforma universitária do país (2003-2010) o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - (Reuni).

No governo de Fernando Henrique Cardoso\*\*\*, o Ministério de Educação – MEC, apresentou às universidades concessão de maior autonomia administrativa, com o intuito de compensar a

\* Indica-se a leitura de Bandeira (1991).

\*\* Leia-se de Fávero (2009).

\*\*\* Não é a nossa intenção aprofundar a discussão, para saber mais consultar: Catani, A. M., Oliveira, J.F. (2000).

escassez financeira mediante exercício de uma gestão menos burocrática, conferindo-lhes, por isso, um caráter político de asfixiamento.

Com essas medidas ficou evidente o sucateamento das universidades públicas como resultado de diferentes fatores interagentes: cortes de verbas, cessação de concursos públicos para professores e funcionários técnico-administrativos, expansão do Ensino Superior privado e das matrículas dela decorrentes, destinação de verba pública para as faculdades particulares, aumento no número de fundações privadas nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, e ausência de uma política efetiva de assistência estudantil.

Foram ajustes e reformas impostos ao longo do tempo por agentes financeiros internacionais com a finalidade de atender aos interesses econômicos; não foi mensurado, porém, o impacto negativo e os efeitos sociais para grande parcela da população que se viu excluída do acesso ao Ensino Superior em meio a perdas significativas de benefícios sociais.

La línea más fructífera de investigación en torno a los cambios en la universidad debería ser el estudio de las consecuencias sociales y simbólicas de la reorganización institucional, así como de sus consecuencias en la reinención de los modos de existencia de los docentes, protagonistas centrales del devenir universitario. Si el docente es el agente clave en el desarrollo cotidiano de la vida de la universidad, este debería ser uno de

los primeros convocados para realizar dicha transformación, toda vez que es uno de los principales afectados. (Ibarra, 2002; López & Restrepo, 2011 citados en Romero & Laborín, 2016, p.209)

Entretanto, os professores não foram consultados em nenhum momento, sobre os ajustes e reformas no interior da universidade, elas se deram por meio de ações de governo, seguindo muitas das recomendações do Banco Mundial.

A implementação desses ajustes e reformas foi realizada pelo Ministro da Educação Paulo Renato de Souza (2002), em anúncio sobre a reforma universitária e indicando que os pilares de sua política foram baseados nas recomendações do Banco Mundial: Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos (Provão); Autonomia Universitária; e Melhoria do Ensino, através do Programa de Gratificação e estímulo à Docência/GED. O teor desses pilares, na verdade, propõe consolidar o projeto neoliberal cujas propostas buscam a autonomia universitária, ou seja, a privatização da universidade pública brasileira, retirando do Estado a responsabilidade de seu financiamento.

Essa reforma universitária, contudo, não foi implementada no Governo de Fernando Henrique Cardoso em todo o seu conteúdo, porque os movimentos sociais organizados de estudantes, professores e técnicos promoveram ações contrárias a esse objetivo.

Com o Governo seguinte, de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), ao Ensino Superior foi sugerido um processo de expansão justificado em razão da democratização do acesso e permanência. A metodologia de expansão contou, para o ano de 2006, com ações de diferentes nortes, desenhadas em novas estruturas e expansão de instituições federais para o ensino técnico médio e superior tecnológico, o aumento no número de vagas nas universidades, o fornecimento de bolsas de estudo, parciais ou integrais em instituições de ensino superior particulares, a criação de política de cotas, dentre outras ações voltadas ao ensino superior.

### Segundo Cunha

Para que tal política seja exitosa, é fundamental reconhecer as diferenças de expectativas e de formação escolar dos aspirantes ao ensino superior, uma vez que a extensão da escolaridade superior não pode continuar a ser tratada como se fosse uniforme e monocórdica. Assim, o projeto de reforma do ensino superior brasileiro tem-se pautado pela inclusão de grupos sociais e étnico-raciais sub-representações na Educação Superior, redimensionando os espaços tradicionalmente e historicamente associados a um tipo de produção de saber científico. (Cunha, 2011, p.406)

Com o lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) o governo de Luís Inácio Lula da Silva teve como intenção o aumento do investimento público e privado em infraestrutura

no país, ao mesmo tempo em que promoveu redução de barreiras ao crescimento nacional. No âmbito das políticas públicas educacionais, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) configura-se como uma novidade relevante do Estado para a educação e a formação.

As ações constantes nos objetivos do PDE, com vinculação específica ao Ensino Superior podem ser destacadas entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), o Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD), o Programa de Acessibilidade na Educação Superior, o apoio financeiro à produção de conteúdos educacionais digitais multimídia, o Programa de Extensão Universitária (Proext), a Nova Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) o Banco de Professor-equivalente, este, regulamentado pelo Decreto nº 7.485 de 18 de maio de 2011 (Brasil, 2007; Ministério da Educação, 2011).

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) consistiu em uma das estratégias finais de governo, no ano de 2007, para implementar a reforma na universidade, previamente à aprovação pelo Congresso Nacional de projetos de lei que o regulamentassem.

Na discussão de Cunha (2011) o REUNI, concebe um plano de alargamento da base social

de recrutamento de estudantes para o Ensino Superior, que antes dessa política estavam a margem do processo de acesso e permanência na universidade. Ainda segundo Cunha,

A Universidade não deve ser percebida não apenas como espaço de reprodução, mas de mobilidade social, deve-se analisar se a expansão do acesso está sendo acompanhada de uma política que cuide da permanência desses jovens na Universidade. No entanto, deve-se ressaltar que o impacto de uma política como essa dificilmente consegue modificar a procura e a escolha pelas carreiras mais valorizadas, uma vez que essas ainda são ocupadas pelo perfil típico dos alunos das universidades públicas: pais escolarizados, brancos, oriundos das regiões metropolitanas etc. ... (Cunha, 2011, p.444)

Com a proposta de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), o governo teve como objetivo o disposto no Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, Art. 1º: “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Brasil, 2007).

Este Programa foi instituído pelo Decreto nº 6.096/2007 como uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O Reuni é assim denominado pelo governo Lula, cujo objetivo principal é a ampliação do acesso

e permanência na educação superior (Ministério da Educação, 2009).

Com base no Reuni, uma série de medidas para a retomada do crescimento no ensino superior público foram adotadas com criação de condições para a expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades federais (MEC, 2009).

O Reuni, portanto, vem se constituindo em trunfo do Estado para o Ensino Superior, porque está inserido em programa amplo, acadêmico, político e estratégico. Dele são esperadas reações por parte das universidades em sua dinâmica de atuação, filosofia de trabalho, bem como nas diretrizes curriculares e estrutura de organização.

A intenção do Reuni é comportar nas universidades federais um contingente de acadêmicos significativo, em especial com horários noturnos de atendimento, fato que presumiu a abertura de novos *campi* em localidades variadas no interior do país.

Na discussão de Cunha, embora mais heterogêneo e democratizado,

“...o ensino superior evidencia a persistência de desigualdades de acesso e de sucesso, visíveis no contraste entre os cursos mais disputados e as carreiras mais privilegiadas, ocupados predominantemente por alunos de origem social mais favorecida e os cursos e áreas menos prestigiadas e com menores promessas de rendimento no futuro, menos

seletivos nos requisitos escolares exigidos e onde se encontram os estudantes com menores recursos (Cunha, 2011, p.268).

Quanto a esta implementação opiniões favoráveis e contrárias são percebidas em diferentes instâncias da área educacional. Para uns, ao Reuni\* caberia popularizar o acesso ao ensino superior por parte de classes populares, mediante medidas que compreende o Prouni\*\*, o sistema de reserva de vagas para estudantes negros, indígenas entre outros; os alunos que vêm da rede pública de ensino básico.

Nas análises de Orso (2007), na proposta do Reuni o discurso é sobre a necessidade de democratizar o acesso e ampliar o número de vagas na universidade pública, com melhoria da qualidade de ensino. Analisando esta questão em uma perspectiva mais ampla “[...] veremos que a razão maior da reforma se encontra na crise pela qual o capital está sendo submetido e no endividamento externo” (p.6).

\* A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação. A terceira etapa da expansão da educação superior compreende a criação de quatro universidades federais que serão instaladas no Pará, no Ceará e na Bahia e a abertura de 47 campus universitários. Desses campus, 20 serão instalados até 2012 e os outros 27, até 2014. Já a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica terá 208 novas unidades, distribuídas em municípios dos 26 estados e no Distrito Federal. Ministério da Educação – MEC – 2010 – Brasil.

\*\* É o programa do Ministério da Educação que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50 % em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

Fica aquém das propostas sociais do Estado, quando verificamos o documento do Ministério da Fazenda, de 13 de novembro de 2003, denominado de Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002, que indica um roteiro para ampla reforma do gasto social no Brasil, esclarecendo que o modelo de financiamento das instituições públicas de ensino superior foi considerado um obstáculo às metas sociais do governo. Em seu teor mais importante, o documento expressa que:

A composição salarial dos estudantes brasileiros é um bom exemplo do que no país ‘os mais ricos’ se apropriam de uma grande fatia dos gastos públicos na área social. No nível do terceiro grau, o governo estaria destinando aproximadamente 46% de seus recursos, beneficiando ‘apenas indivíduos que se encontram entre os 10% mais ricos da população’ (Silva, 2007, p.110).

Com percepção similar se manifestaram Cêa e Reis (2007) a respeito do conteúdo do documento Reforma da Educação Superior reafirmando princípios e consolidando diretrizes, com divulgação em agosto de 2004.

Cêa e Reis (2006) entenderam que:

A ideia de que as propostas do Governo Federal para o ensino superior objetivam a realização de uma ‘reforma’ aqui é rechaçada. O termo reforma é associado à ideia de consertar, restaurar, melhorar, ampliar direitos. Sustentamos que o que se opera, de fato, é uma

contra-reforma, uma vez que as propostas apresentadas pelo governo Lula resultarão na deterioração do ensino público, na restrição de direitos. (p.307)

Neste caso, a justiça social assume critérios de iguais oportunidades, cabendo a cada indivíduo, partindo de suas competências e habilidades, conquistar uma vaga nos cursos pós - médio ou nas universidades (Reis, 2007).

Entretanto, são visíveis os efeitos da iniciativa do Reuni, com a expansão dos números de vagas em cursos de graduação, ampliação da oferta de cursos noturnos, implantação de novas práticas pedagógicas e no combate à evasão, metas que objetivam redução de desigualdades sociais no país.

Essa redução de desigualdade que norteia as intenções do governo federal com o Reuni se coaduna com a abertura de *campus* em cidades distantes dos principais centros de negócios do país, com pretensão de conceder o dobro das vagas existentes para o acesso ao ensino superior.

Martins (2009) salienta que em 2003 deu-se a reorientação da política educacional, com o fortalecimento do ensino público em especial nas universidades federais. Em 2004, foram colocadas em prática ações para reverter a situação adversa das instituições federais com recuperação do orçamento, implantação de novas unidades, contratação de novos docentes e funcionários mediante concurso público e atualização salarial.

Entendemos que ao disponibilizar o ensino a distância, o Reuni reduz a qualidade do ensino universitário, bem como favorece o acesso de alunos às instituições de ensino superior particulares/privadas, com desvio de investimentos do Prouni na melhoria e construção de mais universidades no Brasil (Zancanella, 2011).

Na Cartilha da Frente de Luta contra a Reforma Universitária (2011), a Reforma em si é definida como “[...] um complicado processo, envolvendo Medidas Provisórias, Decretos, etc., que já estão sendo implementados desde o início do governo Lula” (p.5).

É citado como bem antigo, no entanto, o processo de desmonte do Ensino Superior Público. O modo como desvirtuou bandeiras históricas do movimento de educação, é novo, considerando que Lula utilizou-se de um discurso que envolve o conjunto da sociedade na construção dessa Reforma e com base em reivindicações do passado, “Converteu seu sentido para os interesses abusivos do capital financeiro”, desencadeando desorganização dos movimentos à adesão ao atual sistema que atua na lógica da exceção e da exclusão (Cartilha da Frente de Luta contra a Reforma Universitária, 2011).

Ou seja: não há mudanças significativas no cenário do ensino superior brasileira, mantendo-se em evidência exatamente os critérios que buscam atender as necessidades do mercado e a prevalência dos valores econômicos. O ensino superior, com isso, tem se constituído



em produto de comércio, enquanto as ações para que possa cumprir com os direitos sociais que são apregoados pela própria educação ficam restritos. (Zancanella, 2011, p.141).

Paralelamente não percebemos grandes discussões sobre o ensino superior e o seu alcance, senão quando focaliza o indivíduo que teve acesso em seu *status* educacional. São esquecidas, nessa discussão, a institucionalidade social que deve caracterizar a universidade e seu papel formador de uma elite intelectual e científica voltada aos objetivos da sociedade.

O Reuni é uma temática ainda em destaque nas discussões sobre o acesso ao ensino superior, porque está sendo construído e não permite conclusões acerca dos impactos que a sua implementação promoveu. As alegações justificadas para a expansão e reestruturação das universidades incluem exatamente a dualidade referida no parágrafo anterior: ao focar o futuro do tripé ensino-pesquisa-extensão não se dissocia da relação com o mercado de trabalho, que espera das universidades o fornecimento de um contingente de profissionais qualificados e especializados para o trabalho.

A face que o Reuni permite vislumbrar, por enquanto, é que deu certo ou está dando certo nas metas expansionistas da universidade e no aumento do número de vagas para o acesso ao Ensino Superior e as perspectivas de minimização das desigualdades pela distribuição dos novos *campis* em novas cidades do país. A

confusão, entretanto, ainda permanece quando não são verificadas inovações quanto ao ensino em si, não há novidades na reestruturação do currículo acadêmico.

### **Jovem do campo: a busca por novas possibilidades no ensino superior**

A análise que aqui se insere se ancorou em parte no material coletado na pesquisa de campo com 13 acadêmicos do curso de Geografia - licenciatura e 13 do curso de Pedagogia, empregando a pesquisa qualitativa. As questões que nortearam a discussão foram; como e por que você se mobilizou para buscar a formação universitária? O que o motivou? Como foi a sua trajetória de formação até aqui? Que significado tem para você a formação superior? Com essas apreensões pudemos relacionar os dados obtidos nas entrevistas com outros estudos sobre formação superior do jovem oriundo do campo.

Para a pesquisa desenvolvida no período de 2013 a 2014, entrevistamos 26 acadêmicos do curso de Pedagogia e Geografia - licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná campus de Francisco Beltrão, que culminou nas sistematizações que aqui se inserem.

Como instrumento de dados propôs-se a pesquisa semi-estruturada que permite ao pesquisador partir de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses de interesse da pesquisa, no sentido de promover amplo campo de interrogativas no desenrolar da entrevista. Com isto foram buscadas respostas

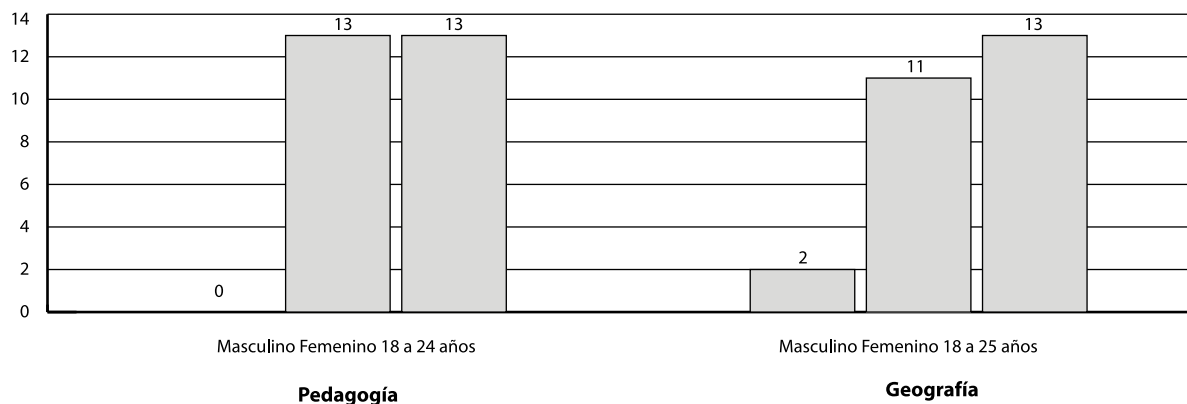
ao questionamento da pesquisa e o atendimento aos objetivos propostos. Utilizou-se um roteiro com perguntas atinentes ao tema proposto.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com acadêmicos dos cursos de Pedagogia e Geografia-licenciatura da Unioeste.

As entrevistas foram gravadas, com autorização dos participantes, sendo o teor das mesmas transcritas posteriormente na íntegra e buscando respeitar as características e singularidades dispostas por cada um dos entrevistados.

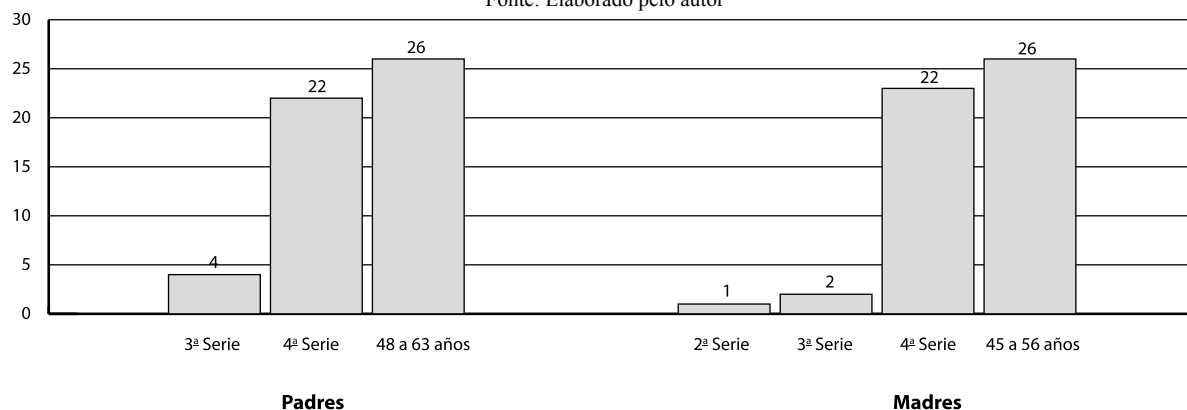
Trata-se esta pesquisa de um estudo de caso que possibilita realizar um trabalho com dois diferentes vértices: de um lado, favorecer a unidade com relação ao objeto de investigação; de outro lado, reforça a abrangência. Ainda, permite que o pesquisador utilize suportes teóricos como diretrizes orientadoras da pesquisa, proporcionando maior facilidade na realização da mesma, conforme se definiu para este estudo (Triviños, 1987).

Deste modo, pretendeu-se partir do particular para chegar ao geral, ou seja, tomar como



**Figura 1. Perfil dos entrevistados**

Fonte: Elaborado pelo autor



**Figura 2. Perfil dos entrevistados**

Fonte: Elaborado pelo autor

ponto inicial as histórias individuais dos entrevistados, para traçar o perfil desses acadêmicos, e, compreender o significado que esta formação tem para eles e seus pais, suas organizações e luta social, a fim de buscar elementos que possibilitem a compreensão de como estas experiências são apresentadas no âmbito de sua vida pessoal e quais são os resultados obtidos a partir destas ações.

É interessante notar que as respostas se constituem em dados significativos de análises, considerando que não aparece nenhum pai analfabeto, bem como ressaltar a ampliação dos anos de estudos dos seus filhos, considerando que frequentam o Ensino Superior.

Todos os entrevistados salientaram as dificuldades encontradas para o ingresso no curso superior, reforçando a importância das formas diferenciadas de ingresso como fundamental para tal, como discutimos acima, nas reformas universitárias, ressaltam ainda “o esforço” dos pais, para viabilizar o seu ingresso e permanência, considerando que a maioria migra para a cidade, e os pais deixam de contar com o seu trabalho na propriedade, já que a maioria trabalha na agricultura familiar.

Elegemos alguns destes depoimentos onde os pais aparecem como fundamentais na motivação e mobilização, para que seus filhos ingressassem no curso superior, visto que tais depoimentos se justificam por sintetizarem questões frequentemente citadas pelos entrevistados. Quando

perguntados Como e por que você se mobilizou para buscar a formação universitária? Quem o auxiliou? Quem o incentivou?

O fato de querer estudar mais e ter uma formação profissional, meus pais me ajudaram para eu poder parar de sofrer com serviços pesados. (Acadêmica da Geografia)

O gosto pelo curso e por ter uma profissão e meus pais não quererem que eu trabalhe mais na roça. (Acadêmica da Geografia)

Partiu de mim mesma e de minha família. (Acadêmica da Geografia)

Eu sempre tive como sonho estudar e me formar em algo, a vontade de ser professora também foi crescendo, e meus pais me ajudaram muito para eu conseguir estar aqui. (Acadêmica da Geografia)

Para o futuro, pois a agricultura como está só se mantêm os grandes proprietários e meu pai não tem grande área para manter a família, por isso, também que eles querem que eu estude. (Acadêmica da Geografia)

Por minha irmã já ter uma formação e por incentivo muito grande por parte de minha mãe. (Acadêmica da Pedagogia).

Vontade de adquirir conhecimento, crescer cultural e financeiramente. Motivação própria e familiar. (Acadêmica da Pedagogia)

Meus pais e depois eu quis ter a formação.  
(Acadêmica da Pedagogia)

Porque desde criança eu gostava de brincar de ser professora e quando terminei o ensino médio eu tive a oportunidade de fazer o vestibular e hoje eu estou fazendo o que mais queria. O que motivou foram meus pais.  
(Acadêmica da Pedagogia)

Os pais frisam nos seus relatos que não querem para os filhos, o mesmo tipo de “trabalho sofrido”, que tiveram para garantir a sua sobrevivência, almejam que o filho tem um trabalho socialmente reconhecido, algo que segundo eles não acontece na agricultura.

Ao serem questionados sobre o retorno do filho para casa depois de terminado o curso, respondem que gostariam desde que seja para ser professor, na comunidade em que vivem considerando que os acadêmicos entrevistados são dos cursos de licenciatura, mas nenhum dos pais, acha que depois de terminado um curso superior o filho deve voltar para “tirar leite”. Ou seja, a expectativa de conseguir um “bom trabalho” é compartilhada por os todos acadêmicos entrevistados, e também por seus pais os filhos “melhorarem de vida”.

Entretanto, é importante ressaltar que esses elementos não são centrais na reconstrução de um novo modo de vida no campo. É preciso analisar a formação dos jovens oriundos campo enquanto possibilidade de articular propostas

que suscitam o desenvolvimento de uma prática coletiva, não se esquecendo, para tanto, a influência dos aspectos políticos econômicos, culturais e sociais da sociedade.

Quando questionados sobre que significado tem a formação superior universitária os acadêmicos responderam:

É uma continuidade dos meus estudos, sendo essa formação vista como necessária pois, atualmente é difícil conseguir um bom emprego com o ensino superior, imagine sem o mesmo. (Acadêmica de Geografia)

Ter um emprego garantido, gosto pelo curso e por ter uma profissão e não trabalhar mais na roça. (Acadêmica de Geografia)

Busca por melhores empregos. (Acadêmica de Geografia)

Ter seu próprio salário, sua profissão, fazer o que a gente gosta. (Acadêmica de Geografia)

O principal é o conhecimento que estou absorvendo, e em segundo a oportunidade de emprego quando me formar. (Acadêmica de Geografia)

Realização do sonho, conhecimento, mais chance de um bom emprego. (Acadêmica de Geografia)

Além de preparar profissionalmente e inserção

no mercado de trabalho, possibilita um melhor preparo para a vivência em comunidade. (Acadêmica de Geografia)

Ser um homem um pouco mais critica e dar um passo a mais na minha evolução pessoal e profissional. (Acadêmico de Geografia)

Além de um aprendizado melhor, uma chance de emprego. (Acadêmica de Pedagogia).

Em primeiro lugar um objetivo alcançado e depois outras portas se abrindo. (Acadêmica de Pedagogia).

O reconhecimento, pois sair do interior e ingressar em uma faculdade estadual e de grande importância. (Acadêmica de Pedagogia).

Boa atuação no mercado de trabalho e formação intelectual. (Acadêmica de Pedagogia).

A análise das entrevistas permite apontar os seguintes pontos, que são destacados e repetidos nas falas dos acadêmicos independente do curso de graduação frequentado Pedagogia ou Geografia-licenciatura, a busca por uma formação profissional como meio para obter colocação no mercado de trabalho e, para não retornar ao trabalho rural, na propriedade da família, busca de conhecimento desejo de se tornar professor entre outras.

Entende-se que esta perspectiva contribui para descaracterizar a identidade dos jovens do campo no sentido de se distanciarem do seu universo cultural.

Ao ponderar sobre a participação dos pais dos discentes no contexto investigado fica evidente que, os pais ofereceram importantes estímulos e oportunidade para o ingresso no ensino superior desejam aos filhos uma vida mais digna, oportunidades melhores do que as atividades no campo poderiam oferecer. Alguns pais gostariam que os filhos retornassem ao campo apenas no papel de professor na comunidade em que vivem.

Considera-se fundamental que os jovens do campo e seus pais entendam o espaço rural, como um modo de vida social contribui para auto-afirmar a sua identidade, valorizando o seu trabalho, a sua história, o seu jeito de ser, os seus conhecimentos, a sua relação com a natureza numa atitude de recriação da sua história ou seja; uma inversão do olhar característico sobre a cidade como lugar ideal para se viver.

### **Considerações Finais**

A pesquisa teve como objetivo, avaliar a percepção dos acadêmicos oriundos do campo sobre a oportunidade de ingressar em uma universidade pública, a partir dessas questões iniciais é que se definiram os objetivos desta investigação: discutir e analisar que significado tem para os pais e jovens oriundos do campo a formação universitária buscando a compreensão sobre os significados que essa formação tem para esses sujeitos, a partir das características atribuídas, por eles, a ela.

Considerando as dificuldades que os jovens oriundos do campo encontram para ingressar na universidade pública, verificam-se resultados significativos, mesmo que as políticas elitizantes continuem a ser implementadas na universidade, algumas ações repercutem em experiências novas no espaço social da universidade.

As razões acima expostas nos fizeram assumir como finalidade investigar a formação superior dos jovens oriundos do campo, por meio do reconhecimento da relação totalidade e particularidade, analisando essa relação como motora da experiência autêntica da educação e como instituidora do complexo em que ela se encontra. Para tanto, foi necessário esforço de apreender as categorias sociais, nas respostas a entrevista para a ordenação das categorias analíticas, como a luta pelo direito a educação, políticas públicas, políticas sociais, e a identidade dos jovens oriundos do campo.

Esse movimento colaborou para entender que algumas das nossas suposições iniciais encontravam-se parcialmente corroboradas; primeiramente é que o desejo dos pais e dos jovens buscar a formação superior universitária para sair do campo, e, não permanecer nesse espaço. O jovem não busca a sua formação pensando na melhoria da sua vida no campo e sim de viver na cidade e também como forma de qualificação para a entrada no mercado de trabalho.

A busca da realização do sonho de uma vida melhor na cidade poderá originar um signifi-

cativo abandono das propriedades rurais pelos trabalhadores desencadeando graves problemas sociais urbanos como já vistos no passado com o processo de industrialização do país. As migrações dos trabalhadores rurais para as atividades industriais se depararam com a falta de qualificação e especialização da população urbana, privilegiadas pelas políticas públicas educacionais. Os resultados indicaram trabalhadores rurais marginalizados pela ausência de formação e de escolarização

Avaliamos as ações dos pais de estímulos e oportunidades na conquista da formação superior universitária de seus filhos são fundamentais embora esses pais não tenham sequer concluído a sua escolarização nas séries iniciais do ensino fundamental.

Por fim, compreendemos em nosso estudo que as necessidades e os interesses da população do campo exigem debruçar-se sobre uma estratégia política diferenciada, com um olhar voltado a um modelo de desenvolvimento que agregue sustentabilidade e qualidade, considerando imprescindível que às famílias que continuem suas atividades nas áreas rurais e sejam oportunizadas novas formas de produção e de sobrevivência. A educação, contudo, é diferenciada e exige um projeto voltado para os trabalhadores do campo, respeitando o tempo e a cultura local.

Nessa perspectiva a universidade não é apenas um local de transmissão de conhecimentos, mas de produção e sistematização. A

perspectiva teórica da universidade e educação relaciona-se com a ideia de democratização das práticas sociais e nelas as práticas educativas.

### Referências

- Arroyo, M. G., Caldart, R.S, M.M. Castagna. (2004) Por uma educação do campo, pp. 7-18.
- Arroyo, M. G. Pedagogias em movimento – o que temos a aprender dos Movimentos Sociais? (2003) Currículo sem Fronteiras.
- Bandeira L. A. M. (1991). O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964. Brasília: Renavan.
- Bogdan, R., Biklen, S. (1994). Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos. Porto, Portugal.
- Brasil, (2010) Censo da Educação Superior, INEP/MEC.
- Brasil, (2009). Aprimoramento da sistemática de gestão do Ministério da Educação – MEC em seus processos de formulação, implantação e avaliação do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Brasília, DF: Ministério da Educação.
- Brasil, (2007). Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Brasília, DF: Presidência da República. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.
- Brasil, (2010). Censo da educação superior 2010: divulgação dos principais resultados do Censo da Educação Superior. Brasília, Ministério da Educação – Inep.
- Caldart, R. S.(2002) Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. Brasília.
- Caldart, R. S. (2003) Movimento Sem Terra: Lições de Pedagogia. Currículo sem Fronteiras.
- Caldart, R. S. (2004) Pedagogia do movimento sem terra. São Paulo, Expressão Popular.
- Cartilha da frente de luta contra a reforma universitária. Reforma Universitária: o desmonte da educação pública. Disponível em: <[http://www.adufpa.org.br/arquivos/File/cartilhas/Cartilha\\_Reforma\\_Universitaria.pdf](http://www.adufpa.org.br/arquivos/File/cartilhas/Cartilha_Reforma_Universitaria.pdf)>, 13 jul. 2011. Acesso em: 03 maio. 2015.
- Castagna, M.M. (2007) Políticas de formação de educadores (as) do campo. Caderno Cedes.
- Catani, A. M.(2000), Oliveira J.F. A Reforma da educação superior no Brasil nos anos 90: diretrizes, bases e ações. Belo Horizonte, Autêntica.
- Fávero, L. A. (2009). Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Curitiba, UFPR.
- Fernandes, B. M. Cerioli, Paulo R. Caldart, R. S. Salete. (2004) Petrópolis, Vozes.
- Frigotto, Gaudêncio. (2010) Exclusão e/ou Desigualdade Social? Questões teóricas e político-práticas. Pelotas, FaE/PPGE/UFPeL.
- Jesus, S. M. Z. (2004). Questões Paradigmáticas da Construção de um Projeto Político de Educação do Campo.(Coleção Por uma Educação do Campo, Caderno n. 5).
- Kolling, E. J. (1999). Por uma educação básica

- no campo. Universidade de Brasília.
- Orso, P. (2007). Educação, sociedade de classes e reformas universitárias. Campinas, SP, Autores Associados.
- Romero, M. & Laborín, J. (2016). Calidad de vida en docentes de educación **pública superior**. *Revista Educación y Humanismo*, 18(31), 205-224.
- Souza, M. A. (2006). Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Souza, M. A. (2010). Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento no período de 1987 a 2007. Curitiba, UFPR.
- Triviños, A.N.S.(1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, Atlas.
- Zancanella, Y. (2011). Cursos Superiores Universitários: Formação dos educadores do campo. Campinas, Unicamp.